

“O QUE PREOCUPA”: DEBATES SOBRE CRIANÇAS E JOVENS QUE ASSISTIAM À TV (1972 - 1988)

“WHAT WORRIES”: DEBATES ABOUT CHILDREN AND YOUNG PEOPLE WHO WATCH TV (1972 - 1988)

VALESCHA GOMES RIOS

Resumo: A televisão começou a fazer parte do cotidiano da população brasileira, sobretudo da classe média, a partir de 1970. Esse contato fez com que vários questionamentos surgissem acerca das consequências que isso poderia trazer à sociedade, em especial para crianças e jovens, vistos como mais vulneráveis. Este artigo tem por objetivo apontar algumas das preocupações em torno do público infanto-juvenil que assistia à TV, entre 1972 e 1988. Esse debate se formou na academia, em periódicos e mesmo na Censura Federal sobre o assunto. O período em questão compreende boa parte da ditadura militar, sendo a discussão acerca da TV de grande interesse do regime, entre outros motivos, por gerar a expectativa de alcançar a Integração Nacional, defendida pela Escola Superior de Guerra (ESG). Durante esse recorte temporal, também houve um crescimento dos grandes centros urbanos e do acesso a bens de consumo em grande parte pelo aparato material dado pela ditadura. Nesse momento, buscou-se modos modernos para discutir a sociedade e suas transformações, ganhando força, principalmente, o discurso especializado da psicologia e da psicanálise, apropriado desde jornais e revistas até legislações censórias da época.

Palavra-chave: Ditadura Militar; Televisão; Infância e Juventude.

Abstract: Television began to be part of the daily life of the brazilian population, especially the middle class, from 1970's. This contact caused several questions to arise about the consequences that this could bring to society, principally to children and young people, seen as more vulnerable. This article aims to highlight some of the concerns surrounding children and young people who watch TV, between 1972 and 1988. This debate took place in academia, in newspapers and even in the Federal Censorship on the subject. The period in question comprises a large part of the military dictatorship, with the discussion about TV being of great interest to the regime, among other reasons, for generating the expectation of achieving National Integration, defended by the Higher School of War (ESG). Over the delimited time cutting, large urban centers grew and access to consumer goods was facilitated by the dictatorship's developmental policies. At that time, a search was made for modern ways of discussing society and its transformations, thus gaining strength, mainly the specialized discourse of psychology and psychoanalysis, appropriated from newspapers and magazines to censorship legislation of the time.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC) e professora da rede pública da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. (E-mail: valescagomesjg@gmail.com)

Keyword: Military Dictatorship; Television; Childhood and Youth.

Introdução

Com a popularização da televisão no Brasil, principalmente a partir de 1970², o contato com esse eletrônico passou a ser uma questão para aqueles que tentavam entender as mudanças sociais que o aparelho poderia causar. Psicólogos, médicos, políticos, burocratas, cronistas, críticos de cinema e televisivos, diretores de televisão entre tantos outros letrados, bem como o regime militar, por meio dos censores e da Escola Superior de Guerra, vislumbraram muitas possibilidades de influência da TV. Entretanto, alguns grupos eram vistos como mais vulneráveis à ação das imagens em movimento com sons, entre eles, as crianças e os jovens.

Assim, destacavam-se as preocupações quanto às consequências para o desenvolvimento físico e moral daqueles que estavam no início da vida, além das projeções de futuro da nação diante daquelas novas gerações que se formavam. Nesse artigo, buscamos apontar alguns dos interessados no debate acerca do que seria adequado às crianças e aos jovens assistirem na TV, entre 1972 e 1988, e suas perspectivas sobre o impacto que a televisão causaria não só aos mais jovens quanto à sociedade.

As mudanças nas tecnologias, na rotina, na urbanização e nas relações sociais, pelas quais passava a sociedade brasileira, principalmente a classe média³, entre as décadas 1960 e

² O advento da TV se deu nos anos 1950 e ainda nessa década foi incluída na legislação censória brasileira, mas só foi uma realidade material, como veremos, a partir da década de 1970. Apesar da classe média ser aquela que teve maior acesso ao aparelho no período, é de “se se considerar práticas como a do ‘televizinho’ e das ‘telepraças’ (estas a partir da década de 1970), ver televisão era uma prática comunitária para uma grande quantidade de telespectadores, se não para a maioria, entre as décadas de 1960 e 1980”. Cf. VIEIRA, Rafael F. **Quando a babá eletrônica encontrou a integração nacional:** ou uma história da censura televisiva durante a ditadura militar (1964 – 1988). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016, p. 107.

³ Na atualidade, “classe média” é principalmente associada a pessoas que ocupam cargos públicos, profissionais liberais, trabalhadores burocráticos e outras profissões, no entanto é um termo problemático. Johnson acredita que existem muitos motivos para isso, mas pontua dois deles no Dicionário de Sociologia. Primeiro, a difícil separação em relação à classe operária. A classe média não desempenha trabalhos braçais, mas também não faz parte da elite – intelectual ou financeira. Um segundo ponto é o uso conflituoso do termo “média” como intermédio entre a classe operária e a classe dominante, em relação à renda. A classe média possui uma grande variação na renda, mas, em geral, está muito mais próximo da classe operária. “Poderíamos argumentar que a classe média fica a meio caminho entre a classe operária e a alta em termos de prestígio ocupacional, mas, no que interessa a grandes segmentos da classe alta, o prestígio ocupacional é irrelevante porque não é através de suas características que seus membros atingem ou mantêm sua posição de classe.”. Cf. JOHNSON, Allan G.

Artigo Dossiê

1980, especialmente nos grandes centros urbanos, desterritorializavam as experiências. Durante esse processo, as pessoas teriam se dado conta das transformações que também atingiam as subjetividades e que tais alterações as ultrapassariam.⁴ Entender a si e à sociedade que se construía naquele momento passou a ser um desejo que deixou o terreno fértil para a emergência do discurso “psi”.

Desse modo, os diversos questionamentos que surgiram sobre TV e infância, tiveram viés psicológico e psicanalítico: como a criança e jovens eram criados, o que eles assistiam, quais atividades teriam sido substituídas pela “babá eletrônica” – como o aparelho era muitas vezes chamado – etc. Tanto no Brasil quanto em outros países, houve estranhamentos em relação à televisão, não só quanto à sua difusão, mas também em relação ao que seria transmitido. Entretanto, o período de crescimento da televisão foi também o momento em que estava em curso a ditadura militar⁵ no país.

O desenvolvimento tecnológico entrava em consonância com a ideia de modernização dos meios de comunicação e com o projeto de integração nacional, ou seja, a manutenção do território e a união da nação por meio de valores comuns. Programações que teriam a “cara do Brasil” facilitariam esse objetivo de construção de identidade nacional que já não era uma novidade na história republicana, sendo, por exemplo, também almejado por Juscelino Kubitschek, com a construção de Brasília.

Este trabalho de caráter documental, fragmento da nossa dissertação de mestrado, teve seus primeiros passos a partir da inquietação que surgiu após encontrar um ofício da revista *Revista Filme Cultura*⁶, de 1972, convidando o Diretor da Divisão de Censura de Diversões

Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 51. Mesmo diante dessa dificuldade de definição, é possível perceber uma tentativa da classe média de se aproximar das camadas mais altas e dominantes da sociedade, por meio da diferenciação das classes mais baixas, seja por meio de apoio político à elite conservadora, seja por meio da posse de bens de consumo considerados modernos para o período.

⁴ BORGES, Dulcina Tereza Bonati. **A cultura “psi” das revistas femininas:** gênero, subjetividade e psicologização (1970-90). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

⁵ Ditadura Militar ou Ditadura Civil Militar são conceitos ainda em construção diante das novas fontes e das contribuições constantes da historiografia. De fato, o apoio popular aos governos do período entre 1964 e 1985 foi de fundamental importância desde o golpe. No entanto, adota-se neste trabalho a perspectiva de uma Ditadura Militar, considerando que “[...] o regime subsequente [ao golpe] foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares justamente porque punham risco ao seu mando”. Cf. FICO, Carlos. **O golpe de 64:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 9.

⁶ *Filme Cultura* foi uma revista brasileira vinculada ao Instituto Nacional de Cinema que se debruçou sobre o universo do cinema internacional e, especialmente, nacional. Criada em 1966, o periódico teve 63 edições. O

Artigo Dossiê

Públicas (DCDP) a responder algumas questões que fariam parte de uma Enquete, publicada em uma edição voltada a discutir o cinema com classificação livre.⁷ O ofício faz parte da série Correspondências Oficiais, do fundo DCDP. Nesse documento, além do então diretor, Rogério Nunes, alguns censores responderam às perguntas com tom de crítica, pois algumas questões criticavam as decisões da censura, como por exemplo, quanto a *Tom & Jerry*, desenho animado transmitido na televisão. A revista trouxe à superfície a televisão como um problema, apresentando entre suas perguntas, temas mais amplos. Foi o caso da questão de número cinco, em que se questionou sobre se “evitar [...] violência, registradas através dos meios de comunicação de massa” seria algo “desejável” para crianças e adolescentes.⁸

Para entender os grupos interessados em definir o adequado à “sensibilidade” da criança e dos jovens, utilizamos como fonte as Normas para Classificação de Espetáculos para Menores – disponível no livre de compilado de lei e decretos intitulado *Censura Federal* – utilizadas pela censura, bem como o livro *Censura & liberdade de expressão*, de Coriolano Loyola Cabral Fagundes, censor e professor da Academia Nacional de Polícia. Apesar de considerarmos que o cotidiano censório dava ao censor a possibilidade de usar as normas a partir da sua interpretação, a proposta deste artigo é entender quais as questões basilares que o censor, pela normativa, deveria se preocupar, compreendendo a Censura dentro desse processo de modernização e burocratização que, muitas vezes, tentava justificar sua ação com argumentos mais teóricos. O livro de Fagundes foi pensado como um material consultivo e, sendo assim, nos foi cara a interpretação de uma percepção de um censor sobre a infância e juventude.

A preocupação com os mais novos também estava nas páginas de jornais como *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*. Para analisar os periódicos como fonte, além do conteúdo das matérias e dos argumentos utilizados, interessou-nos observar qual o título da matéria, quem eram os colunistas, qual o destaque dado dentro da revista ou jornal, bem como na página em que se encontrava, além de problematizar a frequência com que o tema foi

número 48 foi lançado em 1988 e, em 2007, a publicação foi retomada. Por conta da sua temática muito voltada para as pessoas que estão envolvidas, profissionalmente de um modo geral, com o meio cinematográfico, é provável que sua circulação tenha se dado principalmente na região Sudeste do país, em especial São Paulo e Rio de Janeiro.

⁷ OFÍCIO INC-PB 3229/72, Carlos Amaral Fonseca, 22/09/1972, f. 169-171. BR AN, BSB NS. ORI.NOR.3.

⁸ REVISTA FILME CULTURA. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Cinema, v. 22, 1972, p. 27..

Artigo Dossiê

tratado. O debate acerca do que a criança e o jovem deveriam ver na TV era recorrente, não só nesses como em outros periódicos, apresentando-se diversos depoimentos contra e a favor da televisão.

Por fim, compreendendo a Escola Superior de Guerra como um dos alicerces intelectuais do regime⁹, nos foi cara a leitura do Manual Básico, não apenas pelos seus conceitos acerca da sociedade brasileira, mas pelas indicações de bibliografia. Na listagem, saltou aos olhos o livro de Samuel Pfromm Netto, psicólogo, professor da Universidade de São Paulo e que pesquisava sobre a comunicação social. Indo ao Instituto de Psicologia da USP, em pesquisa por meio de palavras-chave, encontramos alguns trabalhos de pós-graduação na área sobre TV e infância. Assim, fez-se necessário entender o espaço que a psicologia tinha no Brasil, não só em seu sentido clínico, mas também acadêmico.

Crianças e jovens que veem TV: sujeitos de um tempo moderno

Em 1972, Lurdes Ferreira Coutinho defendia sua tese de doutorado intitulada *ADOLESCENTES E TELEVISÃO: Estudo junto a adolescentes ginásianos na cidade de Londrina* no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), uma das primeiras pós-graduação do país nessa área, tendo como orientador Samuel Pfromm Netto¹⁰. No primeiro capítulo, “A televisão e a sua influência como objeto de investigação científica”, o texto foi iniciado com uma epígrafe de Platão, em que o filósofo grego questionou se “consentiremos descuidadamente que as crianças ouçam toda a sorte de histórias casuais engendradas por quaisquer pessoas casuais, e recebam em suas mentes ideias as mais das

⁹ Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987.

¹⁰ Entre os profissionais que se dedicavam a psiquê, Samuel Pfromm Neto era um intelectual que, frequentemente, aparecia em diferentes círculos, para tecer considerações sobre a “comunicação de massa” pelo olhar da psicologia. Sendo essa a sua área de produção acadêmica, os livros de Samuel Pfromm Netto – professor do curso de psicologia da Universidade de São Paulo – eram indicados no Manual Básico da Escola Superior de Guerra e o autor proferiu uma palestra na mesma instituição, em 1976 – o que rendeu um capítulo no livro *Tecnologias da educação e comunicação de massa*. O mesmo professor ainda foi convidado a participar de outros espaços pensando a criança, a modernização e a televisão, inclusive periódicos, como o jornal *O Estado de São Paulo*.

vezes totalmente contrárias as que desejamos que tenham quando adultos?”¹¹. A citação foi debatida em seguida:

A indagação que Platão fazia há vinte e quatro mil [sic] anos é mais atual do que nunca, nos dias que correm. Depoimentos, opiniões e pareceres de psicólogos, sociólogos e especialistas nas demais ciências humanas têm sido frequentemente solicitados por pessoas, grupos, organismos governamentais e instituições que repetem hoje, em outras palavras, a pergunta do filósofo grego. Quais são os efeitos da comunicação de massa na vida das crianças e dos jovens? É possível imunizar a criança, com uma educação e um ambiente saudável no lar, contra os efeitos possivelmente perniciosos da comunicação de massa? Existe uma variação significativa nos efeitos, em função das características individuais das crianças ou dos diferentes meios em que vivem? Quais são as repercussões da exposição precoce do ser humano, no desenvolvimento de sua consciência moral, a situação, conflitos e problemas de adultos como, por exemplo, os que caracterizam as telenovelas? A introdução da comunicação de massa na vida de crianças em tenra idade está produzindo um amadurecimento precoce nessas crianças? Até que ponto a aprendizagem escolar e a atitude da criança frente à escola e aos professores estão sendo afetados pela exposição diária ao material de comunicação de massa?¹²

O trecho acima trouxe questões norteadoras para o trabalho de Coutinho, no entanto, apesar de a introdução ter sido feita por meio de perguntas, todas elas abordam a “comunicação de massa” de modo negativo, como um mal que pode assolar crianças e que, por esse motivo, deveriam ser “imunizadas” por meio da ação familiar. Aprendizagem, desenvolvimento da personalidade e amadurecimento foram alguns dos aspectos diretamente apontados, apenas nesse fragmento. Assim, a pesquisadora evidenciou que a televisão poderia atingir diferentes características de crianças e jovens, causando impacto (negativo) para o resto de suas vidas.

A autora comentou que, entre tantos meios de comunicação de massa, a TV seria o alvo de sua pesquisa e tentou, ao longo do texto, levantar a possibilidade de haver benefícios no contato com a televisão. No entanto, essa tentativa de neutralidade não se sustentou se levarmos em consideração as perguntas feitas acima, indicando tendenciosamente como seriam as relações das crianças com a televisão e quais seriam as intervenções possíveis de serem feitas pelos adultos. Nessa perspectiva, Coutinho apoiou-se teoricamente em Schramm que afirmou:

¹¹ PLATÃO *apud* COUTINHO, L. D. **Adolescentes e Televisão:** Estudo junto a adolescentes ginásianos na cidade de Londrina. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972, p. 1:1.

¹² *Ibid.*

Nenhuma pessoa bem informada pode dizer simplesmente que a televisão é boa ou má para as crianças.

Para algumas crianças, sob algumas condições, alguma televisão é prejudicial. Para outras crianças, sob as mesmas condições, ou para as mesmas sob outras condições, poderá ser benéfica. Para a maioria das crianças, sob a maioria das condições, provavelmente, a maioria da televisão não é particularmente benéfica¹³

A então recém-doutora compreendeu a postura do autor como cautelosa, mas necessária diante da complexidade da “natureza do problema em tela”¹⁴. A “cautela”, no entanto, relacionava-se também ao medo da televisão e de seus efeitos (que aparentavam para Schramm ser mais negativos do que positivos) sobre as crianças.

A tese de 1972 levantava uma preocupação em relação à TV que, apesar de ainda não estar na casa de todos os brasileiros, tornou-se uma realidade mais presente no Brasil a partir daquela década com a colaboração e interesse do Estado ditatorial. Assim, a indústria televisiva integrou o mercado nacional e alcançou novos consumidores. Desse modo, a televisão deixou de ter uma programação local para ter lideranças de grupos empresariais que distribuíam conteúdo para todo o Brasil e, para isso, foi necessária uma série de inovações tecnológicas que desse suporte a esse tipo de transmissão. Os números acerca da televisão aumentaram, atingindo 56% da população em 1970 e 73%, em 1982.¹⁵

Ao longo da Ditadura Militar, em especial a partir do início dos anos 1970, não só a TV passou a ter números mais expressivos na sociedade brasileira, mas também ocorreu “[...] uma mudança significativa [no mercado cultural], surgindo uma nova classe média consumidora, cada vez mais escolarizada [...]”¹⁶. O historiador Marcos Napolitano aponta o “crescimento do mercado de bens simbólicos e culturais” com expressivo crescimento da produção de livros (43,6 milhões de unidades em 1966, 191,7 milhões, em 1974, e chegando a 245,4 milhões em 1980), de revistas (com 100 milhões de unidades em 1960, 193 milhões, em 1970, e 500 milhões em 1985) e de longas-metragens (tendo uma média anual de 30 filmes por ano, em 1966, subindo para 50 filmes anualmente entre os anos de 1967 e 1963, chegando a 103 filmes por ano, em 1980), por exemplo.¹⁷

¹³ SCHRAMM, 1961, *apud*. COUTINHO, *op. cit.*, p. 1:5.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira:** Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 128-130.

¹⁶ NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil:** a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964 – 1985) – ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017, p. 202.

¹⁷ *Ibidem*, p. 203.

Ao estudar as novelas e o sucesso que esse produto teve em mídias como o LP, o historiador Thiago de Sales Silva aponta que esse alcance passou pela necessidade de uma estrutura material que foi possível porque convergia com os interesses da ditadura.¹⁸ Sendo assim, foram criados aparatos para as comunicações, como a fundação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), em 1965, além de outras instituições que surgiam no período, ligadas diretamente à cultura, como é o caso da Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME), em 1969, e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), em 1975.

Esses estímulos relacionavam-se com o projeto de integração nacional que a ditadura tentou executar, de modo a conectar os mais distantes pontos do país em torno de uma indústria cultural. Essa promoção do setor se dava pela visão “esperançosa” de que os meios de comunicação poderiam ser utilizados em favor do governo, em especial, para alcançar este objetivo nacional, apontado pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), defendido pela Escola Superior de Guerra (ESG)¹⁹.

Para a ESG, a integração nacional, assim como as ideias de integridade territorial, democracia, progresso, paz social e soberania eram objetivos nacionais²⁰. A ESG apresentou em seu principal material doutrinário, o *Manual Básico*, o entendimento de que os objetivos nacionais mudam ao longo do tempo, dependendo da "evolução da história". Os objetivos nacionais apresentados acima foram apontados como permanentes, pois, segundo o material doutrinário, isso se construiria “com base na evolução da história, [que] ressaltam em importância e que, por isto, são adotados didaticamente, pela Escola Superior de Guerra”²¹. Assim, a integração nacional foi caracterizada como o objetivo que almejava:

¹⁸ SILVA, Thiago de Sales. “**Espetáculo inconveniente para qualquer horário**”: a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

¹⁹ A ESG surgiu em meio a Guerra Fria e foi o principal centro de elaboração e disseminação de um pensamento acerca da segurança nacional e das formas de combater ameaças a esse projeto. A instituição carregava características próprias da época de sua criação, como a defesa da nação contra o comunismo e outras adversidades que colocassem o país em instabilidade. Desse modo, em seu material doutrinário, o *Manual Básico*, apresentavam-se vários estudos que tinham por objetivo entender a sociedade brasileira e desenvolver estratégias de defesa ao inimigo interno: o comunismo. Cercando o assunto, o *Manual Básico* analisava o Brasil por meio quatro estratégias: política, econômica, militar e psicossocial. Os concludentes eram tanto militares como civis e desenvolviam trabalhos de conclusão dos cursos, pensando a sociedade na perspectiva da defesa nacional e da segurança nacional. Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987.

²⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Rio de Janeiro, 1975, p. 50-55.

²¹ *Ibid.*, p. 50.

Consolidar a inteireza da comunidade nacional (língua, ascensão moral, miscigenação e supressão de desníveis sociais e regionais) mediante crescente espírito de solidariedade entre seus membros, sem preconceitos de qualquer natureza, com sua participação consciente e ativa no esforço comum para preservar os valores que caracterizam a personalidade cultural brasileira tradicionalmente cristã²².

Nesta perspectiva, unir o país não seria um processo apenas de abrir estradas, facilitando o acesso físico, mas de estabelecer uma cultura comum, com valores cristãos. Para isso, as condições materiais de fomento à difusão de editorial, de cinema, de rádio e de TV caminhavam juntas com um esforço por falar sobre os brasileiros para todo o país.²³ Para além do *Manual Básico*, temas que pensavam a sociedade também eram debatidos em palestras para os cursos ofertados pela ESG. Entre os palestrantes, muitos eram professores universitários, como Samuel Pfromm Netto que tentou compreender o momento e agir adequadamente:

O que singulariza a CM [comunicação de massa] é efetivamente o fato de permitir que a mesma mensagem, ou cópias exatamente iguais da mesma mensagem atinja(m) instantaneamente, ou dentro de curto lapso de tempo, um público gigantesco, distribuído no mais amplo espaço geográfico.²⁴

O psicólogo apontou a importância estratégica que os meios como a TV tinham, difundindo mensagens, rapidamente, para um amplo público. A Escola Superior de Guerra se colocou como *locus* intelectual da ditadura, seus integrantes pensaram sobre a sociedade e produziram trabalhos que articularam seus conceitos com o momento histórico vivido. As conferências, como a que originou o texto de Pfromm Netto, eram feitas por pessoas especializadas no tema e eram convidadas pela própria instituição.²⁵

A importância e o interesse pela psicologia se transformaram ao longo do tempo, tendo na década de 1970, no Brasil, um terreno fértil para sua disseminação, não apenas pela

²² *Ibid.*, p. 55.

²³ É preciso considerar que a transmissão para todo o Brasil não se concretizou no período do regime ditatorial, se considerarmos os dados de distribuição de energia elétrica da época, por exemplo.

²⁴ PFROMM NETTO, Samuel. **Tecnologia da educação e comunicação de massa**. São Paulo: Pioneiras, 1976, p. 124. Segundo o autor, o capítulo “Que é comunicação de massa?”, de onde foi tirado o excerto, foi também conferências proferidas na ESG e no Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

²⁵ DUARTE, Ana Rita Fonteles. Televisão, família e mudança: o debate sobre um tempo de imagem na revista *Pais e Filho*. In: LUCAS, M. R. L.; RAMOS, F. R. L.; BRAUNA, J. D.. **A censura e outros limites**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2020, p. 20-21.

sua disputa acadêmica para se afirmar enquanto ciência autônoma²⁶, mas também por espaço autorizado para a análise da subjetividade e dos problemas que afigiam homens e mulheres “modernos”. Segundo Sérvulo Figueira, a psicanálise (e, diante das nossas fontes, entendemos que o discurso psicológico, em geral) ganhou força a partir de 1970 como um ideal modernizador, como aquela área responsável por identificar, mas também interpretar.

É óbvio que todo ideal modernizador tem um discurso *interpretativo* que ataca e desfaz um determinado conjunto de posições e preconceitos tidos como arcaicos. A diferença é que os analistas aparecem como aqueles que são especialistas neste tipo de desconstrução *onde quer que ele se torne necessária*.²⁷

Desse modo, compreendemos que o crescimento do número de cursos, de profissionais e de demandas – o que não se refere apenas ao atendimento, mas também à expressão pública do psicólogo sobre os mais diversos assuntos – deu-se em um momento em que a sociedade pretendia ser moderna com o fortalecimento de um discurso acadêmico especializado, mesmo que as conclusões de tais análises alimentassem o conservadorismo do período.

Sérvulo Figueira²⁸ aponta como o uso da psicanálise (e aqui também entendemos a psicologia no mesmo movimento) estava associado a um “ideal modernizador”. A sociedade brasileira que se modernizava, principalmente se considerarmos os bens de consumo,²⁹; também começava a valorizar o psicólogo como fala autorizada para tratar dos mais diferentes assuntos, como as consequências da criança que assistia à TV. Para Cecília Coimbra³⁰, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por um “boom psi”, entre outros motivos, pela “crise da família”, em que os mais diversos temas deveriam ter um especialista, o psicólogo: criação dos filhos, sexo, virgindade, desquite e divórcio etc.

Dulcina Tereza Bonati Borges afirma que “[...] a popularização dos conceitos das psicologias e da psicanálise acompanha o mesmo contexto de renovação de práticas e

²⁶ A psicologia já existia no Brasil diluída em disciplinas de diversos cursos acadêmicos. Só em 27 de agosto de 1962, com a lei número 4.119, iniciou-se a normatização dos cursos de psicologia e regulamentou-se a profissão de psicólogo. Em 19 de dezembro do mesmo ano, o Conselho Federal de Educação fez o parecer de número 403 para regulamentar os cursos que começariam a surgir a partir de então.

²⁷ FIGUEIRA, Sérvulo. O “moderno” e o “arcaico” na família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, Sérvulo. **Uma nova família?** O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987, 18.

²⁸ *Ibid.*

²⁹ ORTIZ, *op. cit.*

³⁰ COIMBRA, C. M. B.. **Guardiões da Ordem:** Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do Milagre. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

Artigo Dossiê

discursos, denominados por psicologização e apresenta como sistema organizador de condutas, investido da autoridade conferida a ciência”³¹. A expansão da psicanálise e da psicologia não estavam restritos ao divã e a autora aponta em seu trabalho como os meios de comunicação – e, em seu caso, as revistas femininas – estavam envolvidas nessa penetração da abordagem psicologizante sobre inúmeros assuntos. O discurso “psi” se tornava um ponto de apoio para pensar e falar sobre a criança e seu contato com a TV e as implicações disso – no desenvolvimento físico e mental, no acesso a determinados conteúdos e nas consequências da política nacional.

Em 24 de novembro de 1974, o ministro da comunicação, Euclides Quandt de Oliveira, manifestou-se no jornal *O Estado de São Paulo* em uma entrevista que foi intitulada “TV será forçada a mudar a programação”:

O que preocupa: a televisão pode mudar substancialmente o homem, embora Quandt reconheça que o assunto é contraditório. Se as crianças pertencem a um grupo social de melhores condições culturais e econômicas, a influência da TV pode ser contrabalanceada por outros meios de difusão cultural (cinema, teatro, viagens, formas sofisticadas de lazer). Mas os meninos muito pobres ou com problemas de personalidade, com recalques e frustrações podem sofrer efeitos extremamente negativos ante os programas de TV.³²

Em ambas as situações financeiras, segundo o ministro, a televisão causaria problemas, mas entre as crianças com acesso a “formas sofisticadas de lazer”, a ameaça poderia ser “contrabalançada”. Quandt também comentou, em outro trecho, sobre a possibilidade de “[...] conviver com a televisão, obtendo dela o máximo de benefícios para a Educação e para a cultura em geral [...]”³³. Tais pontos de vista colocavam a TV como um possível perigo, mas que poderia ser combatido ou minimizado. Para essa análise, o ministro usou de termos próprios do vocabulário psicanalítico – “recalque” e “frustrações” –, abordando o tema sobre a chave de leitura que modernizava a discussão.

Na mesma entrevista, o militar Quandt de Oliveira afirmou concordar com a ideia de “escola paralela”, defendida por Samuel Pfromm Netto. O professor do Instituto de Psicologia

³¹ BORGES, *op. cit.*, p. 2.

³² TV será forçada a mudar programação. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, ano 95, n. 30573, 24 de novembro de 1974, p. 60. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!19741124-30573-nac-0060-999-60-not/busca/TV+será+forçada+mudar>. Acesso em: 20 jan. 2021.

³³ *Ibid.*

da USP entendia que cada classe social (levando em consideração também casos psicológicos e psiquiátricos) tinha um aprendizado diferenciado. O conceito de “escola paralela” referia-se ao tempo gasto pela criança em frente à TV e a aprendizagem advinda do meio eletrônico, além do amplo alcance sobre o público, que também foi lembrado pelo ministro, fazendo referências a outros psicólogos e pedagogos.³⁴: Segundo o ministro, digna de preocupação, a televisão poderia trazer problemas a qualquer criança que a assistisse. No entanto, algumas ainda poderiam reverter isso. Desse modo, Euclides Quandt de Oliveira lamentou:

Como espectadores comuns, confessam essas autoridades [do Ministério da Comunicação] que não permitem às suas crianças permanência [sic] por mais de duas horas diárias [sic] diante do aparelho de TV. Mas lamentam que pessoas de nível [sic] cultural não tenham condições de impor a mesma coisa aos seus filhos, por falta de outros meios de entretenimento e ocupação, como o clube, o colégio [sic] e os livros.³⁵

A presença e a condição da família foram mais uma vez evocadas como aquelas que poderiam conter os possíveis danos que a televisão causaria entre as crianças. No entanto, a rotina mais corrida de pais e, especialmente, das mães com o trabalho fora de casa era evidenciada como uma preocupação e como uma justificativa para a ação do Estado na fiscalização do que a “babá eletrônica” colocaria “no ar”. Nessa perspectiva de proteção dos mais novos, a censura era um dos modos apontados, pelo governo ditatorial, e por setores da sociedade civil, para impedir a influência negativa da programação. Assim, elaborando ou complementando leis, usava-se como argumentação a proteção daqueles que seriam o futuro da nação – diferentemente dos “menores”, mais pobres, de quem a sociedade deveria ser protegida.

O alarme para uma crise no âmbito familiar e dos valores cristãos foi algo observado em pesquisas sobre o período da ditadura militar. As transformações da “sociedade moderna” geraram medo dos rumos que o Brasil estaria tomando, caracterizando um pânico moral. Concordamos com Jeffrey Weeks ao afirmar que o pânico moral se relaciona a “agitações de ansiedade cultural e medo social, que geralmente se concentram numa condição ou pessoa, ou grupo de pessoas, que se definem como uma ameaça aos valores e aos pressupostos sociais

³⁴ PFROMM NETTO, *op. cit.*

³⁵ TV [...], *op. cit.*, p. 60.

aceitos”³⁶. Segundo Weeks, essas inquietações acontecem “geralmente em situações de incerteza, confusão e ambiguidade, nos períodos em que as fronteiras entre comportamento legítimo e ilegítimo parece precisar de redefinições ou classificações”³⁷.

O conteúdo da TV no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, foi abordado com “a ideia de decadência orientando a interpretação desses sujeitos sobre o período”³⁸, entre membros do regime, psicólogos e periódicos apoiadores. O pânico moral em relação à televisão foi objeto de pesquisa de David Buckingham que observa o discurso sobre a TV – e outros meios de comunicação – e entende que o “[...] moral panic often reflect fundamental tensions in society, and have to be seen in terms of their historical context”³⁹. Assim, ao se debruçar sobre os discursos acerca de filmes de terror, o intelectual britânico entende que havia uma classificação positiva sobre longas-metragens desse gênero na década de 1950, considerando-os clássicos, enquanto outros filmes, como *O Exorcista*⁴⁰, da década de 1970, eram abordados com foco na violência que eles possuiriam. Para o autor, o gênero mudou assim como a sofisticação do olhar da audiência. Mas, para além disso, ele observa que:

[...] the concern over young people and video should also be seen as a manifestation of more specific contemporary anxieties about the relation between the public and the private, particularly in the context of historical changes in the family structure.⁴¹

A entrada de conteúdo televisivo nas casas estava marcada por outras questões como crescimento de famílias chefiadas por mulheres, divórcio, crianças sozinhas enquanto os pais trabalhavam. Em meio a essas transformações, cobrava-se a atenção familiar ao que as crianças assistiam, repercutindo casos de violência envolvendo menores que, segundo a imprensa inglesa da década de 1980 e 1990, poderiam ser evitados caso houvesse maior responsabilidade dos pais.

³⁶ WEEKS, Jeffrey *apud* BRITO, A. M. F. A subversão pelo sexo: Representações comunistas durante da ditadura no Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 36, nº 72, p. 859-888, set/dez 2020, p. 875.

³⁷ *Ibid.*, p. 876.

³⁸ BRITO, *op. cit.*, p. 879.

³⁹ Em tradução livre “pânico moral muitas vezes reflete tensões fundamentais na sociedade e deve ser visto em termos de seu contexto histórico”. BUCKINGHAM, David. **Moving images: Understanding children's emotional responses to television**. Manchester: Manchester University Press, 1996, p. 31.

⁴⁰ Filme de 1973, dirigido por William Friedkin, em que a jovem de 12 anos, Regan MacNeil (interpretada por Linda Blair) é possuída e sua mãe Chris MacNeil (Ellen Burstyn) chama padres para exorcizar sua filha: Lankester Merrin (Max von Sydow), Damien Karras (Jason Miller) e Dyer (Willam O'Malley).

⁴¹ Em tradução livre: “[...] a preocupação com os jovens e o vídeo também deve ser vista como manifestação de inquietações contemporâneas mais específicas sobre a relação entre o público e o privado, particularmente no contexto de mudanças históricas na estrutura familiar”. BUCKINGHAM, *op. cit.*, p. 33.

Buckingham, apoiando-se no sociólogo Stanley Cohen que cunhou o conceito de pânico moral em 1972, vê a imprensa – inclusive televisiva – tendo papel fundamental na propagação dessa ansiedade social acerca dos jovens telespectadores. No Brasil, o pânico moral se dava, entre outros aspectos, quanto à popularização da TV, que ocorria no período da ditadura. Portanto, pedidos de controle e crítica ao meio de comunicação ocupavam pedidos na imprensa, sendo os meios de comunicação escritos mais presentes nessa avaliação do que o televisivo, além de teses acadêmicas que também compunham o debate, assim como a ESG. Por outro lado, por diversos momentos, membros da TV tentavam defender seus espaços (e lucros) e buscavam rebater algumas das críticas recebidas.

“Psicologicamente adequada”: a Censura se colocando no debate:

Nessa perspectiva, a Censura Federal também buscou atualizar seu debate não apenas para acompanhar o novo meio de comunicação, mas também as formas de análise. Em 27 de julho de 1970, o então chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), Wilson Aguiar⁴², foi notícia no *Jornal do Brasil* por falar da admissão de novos censores. Segundo o periódico, o chefe do órgão “disse [...] que os 30 novos censores do órgão recentemente admitidos ‘não são reacionários’, mas homens com os ‘pés no chão’ e um senso crítico muito elevado”. A maioria deles tinha entre 23 e 30 anos e “todos têm, ou estão terminando, curso universitário, falam língua estrangeira e ganham Cr\$ 875,00⁴³, pouco mais do que os censores antigos”⁴⁴.

Os trechos, tirados de parágrafos em destaque no início da notícia, evidenciavam a qualificação dos novos servidores do setor, o que era importante diante da ideia de incompetência que muitas vezes aparecia ao se abordar o trabalho censório. A sequência do

⁴² Wilson Aguiar foi censor, chegou à direção da SCDP em 1970, mas passou apenas um ano no cargo. Ao se aposentar, foi contratado pela Rede Globo, tendo como uma de suas funções a negociação com o órgão censor acerca das obras censuradas. Cf. VIEIRA, *op. cit.*, p. 265.

⁴³ Um valor bem superior ao do salário mínimo da época que, a partir de 1º de maio de 1970 era no valor de Cr\$176,60 no Distrito Federal. Cf. BRASIL. Decreto Nº 66.523, de 30 de abril de 1970. Altera a tabela do salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 64.442 de 1º de maio de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1970/d66523.html. Acesso em: 16 out. 2025.

⁴⁴ WILSON Aguiar garante que o senso crítico dos novos censores é muito elevado. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 95-, 27 jul. 1970, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=curso%20censores&pagfis=190917. Acesso em: 04 ago. 2022.

assunto seguiu com o subtítulo “tarefa racional”, em que foi relatado que os novos censores deram celeridade ao trabalho e tiraram a sobrecarga dos colegas. Além disso, “na quinta-feira, vão ser iniciadas aulas teóricas para novos censores, no auditório da Academia Nacional de Polícia. Receberão ensinamentos de Psicologia Social e de Comunicação de Massa e tomarão conhecimento das leis censórias”⁴⁵. Organização da censura, conhecimento de psicologia e comunicação das normas a serem seguidas não foram assuntos mencionados à toa, eram, de fato, questões importantes para a Censura Federal que passava por um processo de modernização e burocratização no período.

A ação censória do Estado não foi uma inovação pós-golpe de 1964. O historiador Alexandre Ayub Stephanou aponta uma “tradição censória luso-brasileira, transportada de Portugal para a colônia, mantida no período imperial e ampliada no republicano, especialmente durante o Estado Novo e Regime Militar”⁴⁶. Muitas das legislações pensadas no período varguista permaneceram nas décadas seguintes e ganharam desdobramentos durante a ditadura militar. Nesse sentido,

a racionalização, a centralização, a ênfase na eficiência burocrática e a ligação fundamental entre censura e a política de Segurança Nacional foram as principais linhas de força que orientaram o projeto da Ditadura Militar para a censura e, em especial, a censura de diversões públicas.⁴⁷

Desse modo, as colocações de Wilson Aguiar, no *Jornal do Brasil*, davam luz a assuntos que eram prioritários na Censura Federal, ao longo do regime militar, em especial a partir da década de 1970. É importante mencionar os conceitos de Segurança Nacional e Comunicação eram debatidos na ESG, instituição essa que tinha articulação com outras instituições e lugares de produção intelectual, como as universidades, partilhando de pontos de vista, bibliografias e conhecimentos produzidos por elas sobre temas e conceitos que reverberavam no âmbito da Censura. Na Escola, passaram muitos daqueles que assumiram cargos em ministérios e outras instituições estatais. O desenvolvimento de seus conceitos era encontrado em leis, atos institucionais e na Constituição de 1967, além de estar presente nas normativas que regulavam trabalhos específicos, como o da censura. Ou seja, a visão da

⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁶ STEPHANOU, Alexandre Ayub. **O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público:** um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988). Tese (Doutorado em História)– curso de Pós-graduação em História, PUC – Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p. 16.

⁴⁷ VIEIRA, *op. cit.*, p. 23.

instituição ultrapassava seus muros e tinha pretensão de produzir conhecimento intelectual para analisar o país, colocando-se na lógica de valorização da produção acadêmica.

Diante disso, o *Manual Básico* também aborda o entendimento da ESG sobre “Comunicação Social”.

Constituem instrumento pelo qual se dá a interação e o vínculo próprio para a difusão das correntes de opinião. É óbvia sua influência sobre a Expressão Política. Sua importância cresce quando se consideram os meios de comunicação de massa, cuja influência sobre o povo e sobre a cultura não precisa ser realçada porquanto possibilitam a rápida divulgação de fatos, idéias, sentimentos e emoções, atingindo, num espaço de tempo muito curto, uma grande área da população. Quando se utilizam meios eletrônicos, encurtando receptores, criam-se possibilidades insondáveis para a comunicação direta a uma grande massa de pessoas. Desse modo é possível, inclusive, criar - em pouquíssimo tempo - estados emocionais coletivos. Como quer que seja, os meios de comunicação em massa constituem um instrumento poderosíssimo para a rápida e padronizada difusão de idéias, criação de estados emocionais, alteração de hábitos e atitudes.⁴⁸

Segundo o material doutrinário, “Comunicação Social” foi entendida como uma forma eficiente de se defender “subversões” e “transgressões” na área da política e da cultura. Nessa perspectiva, a “influência” das imagens sobre homens e mulheres mudaria comportamentos e valores de uma vasta população em um curto espaço de tempo. Assim, esses temas que impactariam, segundo a ESG e mesmo a Censura, eram objeto de estudo bem como de cursos de atualização.

Segundo Stephanou, o Departamento de Polícia Federal (DPF), que substituiu o DFSP, buscou resolver a questão com a oferta de cursos de formação, na Academia Nacional de Polícia (ANP), sendo o primeiro dele o *Curso Intensivo de Treinamento de Censor Federal*, entre 8 de julho e 16 de setembro de 1968.⁴⁹ Compreender bem o trabalho censório passava pelo conhecimento não só da legislação, mas também dos meios e conteúdos midiáticos a serem analisados, temas abordados em cursos de formação para censores.

Os cursos faziam parte da busca por uma centralização na análise, bem como dar maior modernidade ao debate, ou seja, analisar as diversões públicas em diálogo com pensamentos científicos e artísticos da época. Nesse mesmo sentido, também fazia parte desse esforço a lei nº 5.536⁵⁰, de 21 de novembro de 1968. Foi a partir dessa legislação que se

⁴⁸ BRASIL, *op. cit.*, 1975, p. 121.

⁴⁹ STEPHANOU, *op. cit.*

⁵⁰ A mesma lei também mudou o nome do cargo de censor federal para técnico em censura.

começou a exigir diploma nas áreas de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia para o concurso de censor e para os servidores da área. Ainda nessa direção, o segundo curso ofertado pela ANL foi ministrado, entre outras pessoas, por professores da Universidade de Brasília, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade Federal de Minas Gerais,

com uma carga-horária de quinhentas horas-aula e com o currículo dividido em 14 matérias: Introdução à Ciência Política, Introdução à Sociologia, Psicologia Evolutiva e Social, Legislação Especializada, História da Arte, Filosofia da Arte, História e Técnica de Teatro, Técnica de Cinema, Técnica de Televisão, Comunicação em Sociedade, Literatura Brasileira, Ética Profissional, Técnica Operacional e Segurança Nacional.⁵¹

O objetivo era que, a partir das aulas e dos materiais do curso⁵², os censores pudessem entender as obras, as mensagens veiculadas e a recepção da população (com observância de faixa-etária e gênero). Além disso, com essa formação, buscava-se aprender a sugerir cortes discretos, de modo a não mostrar que houve uma intervenção.⁵³

Várias normativas foram elaboradas para guiar o trabalho dos censores ao longo dos anos de Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP, criado em 1945) e a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP, como o órgão censor passou a ser chamado entre 1972 e 1988). Desses documentos, três têm destaque: Decreto nº 20.493 de 24 de janeiro de 1946, Lei nº 5.536 de 21 de novembro de 1968, Decreto-lei nº 1.077 de 26 de janeiro de 1970.⁵⁴

A lei de 1968 teve especial lugar no esforço de regulamentar uma padronização do trabalho censório, estabelecendo mínimo de censores para emitir pareceres, almejando diminuir os erros e divergência de avaliação, “uma vez que determinava que a obra deveria ser apreciada pelo censor em seu contexto geral, levando em consideração o valor artístico, cultural e educativo, sem isolar cenas, trechos ou frases”⁵⁵.

⁵¹ STEPHANOU, *op. cit.*, p. 38-39.

⁵² O material dos cursos atualmente encontra-se no Arquivo Nacional de Brasília, na Seção de Orientações, do Fundo DCDP. A Seção, criada em meados de 1970, contém outros documentos que buscam a centralidade do trabalho censório, dividida em Recursos, Cursos e Normatização. Cf. VIEIRA, *op. cit.*, *passim*. Os cursos que tivemos acesso ao material fazem parte do acervo de pesquisa do Grupo de Estudo em História e Gênero.

⁵³ STEPHANOU, *op. cit.*

⁵⁴ Os documentos são abordados pela historiografia como “tripé legislativo” por estarem presentes em documentos, como por exemplo, pareceres de censores. Além de serem citados em entrevistas de algumas pesquisadoras, como é o caso dos trabalhos de Beatriz Kushnir e Miliandre Garcia. Cf. STEPHANOU, *op. cit.*

⁵⁵ CARNEIRO, Ana Marília. **Signos da política, representação da subversão:** a Divisão de Censura de Diversões Públicas na ditadura militar brasileira. Dissertação (Mestrado em História) –Programa de

Para corroborar com a convergência de análises, foram elaboradas algumas normas que pudessem ser consideradas na prática censória. Entre esses documentos, existiam as “Normas para Classificação de Espetáculos para Menores”⁵⁶, de 17 de setembro de 1970, que tinha como finalidade:

- a) Nortear cada censor na análise e apreciação dos espetáculos proporcionando-lhes critério que lhe permitem uma classificação justa e psicológicamente acertada.
- b) Promover a unidade de pensamento e de ação das Comissões de Censura, mesmo quando compostas por grupos muito numerosos de colaboradores.⁵⁷

O trecho expressava a tentativa de unificar os entendimentos do que seria adequado para crianças e jovens, como veremos à frente, considerando o que seria apropriado para cada faixa etária. Essa intenção não estava distante de outros esforços da censura em normatizar suas atividades e do processo de modernização e burocratização da censura. O historiador Stephanou, que estudou essas transformações pelas quais o órgão censor passou entre as décadas de 1970 e 1980, entende a “organização burocrática como o sistema administrativo organizado segundo critérios racionais e hierárquicos, caracterizado pelo formalismo, pela despersonalização, pela profissionalização, pelo apego aos regulamentos”⁵⁸. Para o autor, essa reorganização não significava uma neutralidade, uma vez que esses critérios eram formas de dominação técnica e hierarquização sob as produções da época e foram elaborados e aplicados em defesa de interesses político-ideológicos.

A modernização do ato de censurar também pode ser percebida pela presença de áreas do conhecimento embasando o discurso regulador. Entre elas, a psicologia apareceu, nos documentos analisados, com a indicação de uma avaliação apropriada para cada idade. O

Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, p. 179.

⁵⁶ O caso da elaboração das Normas para Classificação de Espetáculos para Menores é interessante, pois ela foi inicialmente pensada pelo Juizado da Guanabara, no ano de 1963, e, segundo o *Jornal do Brasil*, amplamente elogiado por Juízes de outras comarcas com a sugestão de que a normativa fosse acatada a nível federal, o que de fato foi anos depois. Esse é um dos agentes em um dos exemplos de interferência na Censura. Essa percepção de que diferentes agentes, governamentais ou não, interferiam na Censura foi apontada por Miliandre Garcia como “supercensura”. Cf. NORMAS para classificar espetáculos de menores são excelentes, diz GEE. In **Jornal do Brasil**. Ano LXXIV, Nº 126, 30 de maio de 1964, p. 19; GARCIA, Miliandre. Teatro, censura e “supercensura” na ditadura militar. In: FONTANA, Fabiana Siqueira; GUSMÃO, Henrique Buarque de (org.) **O palco e o tempo**: estudos de história e historiografia do teatro. Rio de Janeiro: Gramma, 2019, p. 109 – 142.

⁵⁷ NORMAS para Classificação de Espetáculos para Menores. Brasília, 17 set. 1970. In: RODRIGUES, Carlos; MONTEIRO, Vicente; GARCIA, Wilson de Queiroz. **Censura federal**. Brasília: C.R. Editora Ltda., 1971, p. 209.

⁵⁸ STEPHANOU, *op. cit.*, p. 9.

debate sobre o “discurso psi”, trazido anteriormente, retorna com a apropriação do assunto feita por essas normas, mas também outras leis e documentos. Sérvulo Figueira introduziu os artigos sobre o assunto, apontando, rapidamente, que

Sabe-se, ainda, que uma cultura psicanalítica mantém uma relação complexa com instituições e técnicas de poder, inspirando-as e por elas sendo ampliada e difundida, através de processos que já foram chamados “modernização”, “disciplinação persuasiva”, “neutralização e apolitização” etc.⁵⁹

A abordagem do autor sobre o uso do discurso psi por outras áreas nos leva a pensar sobre a utilização de termos e argumentos ligados ao assunto nos documentos da censura. Ao encontro das “Normas para Classificação de Espetáculos para Menores”, no ano de 1970, elaboravam-se as “Normas Doutrinárias da Censura Federal” centralizando indicações para a classificação etária, tanto para o cinema e o teatro quanto para a televisão. No capítulo IV, no ponto “da avaliação das impropriedades”, o documento detalhou que:

Art. 10 – A censura prévia tem por objetivo a defesa da saúde mental e física dos jovens e adolescentes e se propõe a eliminar das comunicações de interação social que lhe são dirigidas, as incitações à delinquência e a sexualidade, e os temas anticulturais, pela periculosidade de suas influências [sic] na formação moral dos menores de idade.

Art. 11. Os critérios de análise de comunicação de interação social se devem basear em conotações objetivas e concretas, visando a definir índices de avaliação, inspirados na proteção do menor e orientados na pesquisa do mecanismo de influência da imagem e a sua dinâmica, do argumento e o seu desenvolvimento, sobre o psiquismo do jovem.⁶⁰

Os artigos acima iniciaram o tópico sobre avaliações de impropriedades e, diante do debate que trazemos nesta pesquisa, destaca-se a presença de termos que remetem à psicologia e à psicanálise. No entanto, para compreendermos o que se entendia sobre “saúde mental” precisamos dar continuidade às indicações de análise que a normativa sugeriu. Houve uma separação em “análise geral”, “análise complementar”, “análise psicossociológica” e “análise dos valores finais”, cada uma delas com alguns critérios. Assim, entre outros pontos, foi evidenciada a “atuação certa/errada dos personagens centrais, justificada ou não no final, com prêmio ou castigo, ou, simplesmente um arranjo do ‘clássico feliz’, pleno de irresponsabilidade moral” (em “análise geral”); “valor do apoio certo/errado do grupo

⁵⁹ FIGUEIRA, Sérvulo. Introdução: psicologismo, psicanálise e ciências sociais na “cultura psicanalítica”. In: FIGUEIRA, Sérvulo (org.). **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 7.

⁶⁰ NORMAS [...], *op. cit.*, p. 244.

dominante na comunicação” e “determinar o valor global das incidências ilícitas, violadoras das normas legais e morais”⁶¹ (em “análise complementar”).

Em “análise psicossociológica”, foram enumerados aspectos em formas de perguntas, para que os censores observassem e entendessem a produção analisada. Desse modo, entra em questão:

- b) identificar possível processo intenso de integração do “EU” juvenil, nos vários aspectos contraditórios, desaconselháveis ou negativos das atitudes dos agentes comunicadores:
 - 1) há detalhes de comportamentos ilícitos capazes de influenciar o jovem?
A ação negativa é completa ou incompleta (evidente ou pressuposta?)
[...]
 - 3) há convite à indisciplina?
 - 4) há incitação à violência?
[...]
 - 7) há deturpação de conceitos políticos, religiosos, afetivos, morais, familiares?
(pressuposta, evidente ou disfarçadamente).
 - 8) há distorções de hierarquia social? (função dos pais, professores e autoridades construídas);
[...]⁶²

Diante dos apontamentos acima, presentes nas “Normas Doutrinárias da Censura Federal”, o uso do termo “saúde mental” se aproximava de uma “formação moral” dos jovens. Ou seja, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) se fez presente nesse documento, de viés prático para uso cotidiano do técnico de censura, na medida em que buscava invisibilizar conflitos no país, assim como críticas aos “valores” da sociedade e às instituições colocadas como base da nação, a começar pela família, fossem as críticas “pressupostas, evidentes ou disfarçadas”. Dessa maneira, um “desenvolvimento psíquico do jovem” era a formação do cidadão, a partir do que a ditadura militar entendia como bases da sociedade.

A DSN era pilar para as leis, normativas e outras diretrizes e censórias (ou seria melhor dizer, do regime ditatorial) e, por isso, a compreensão do que a feria era importante para que o trabalho fosse feito de maneira objetiva. Nesse sentido, o livro de Coriolano de Loyola Cabral Fagundes indicou o “objetivo do Estado” com a censura:

O que visa o Estado, ao instituir o órgão de censura é, principalmente, a boa formação do menor. Este não deve ser exposto a cenas de intenso suspense ou excessiva violência, que lhe podem causar angústia; não convém ser colocado, prematuramente, face a face com problemas sexuais a que não esteja preparado, pois

⁶¹ *Ibidem*, p. 245.

⁶² *Ibidem*, p. 246.

tal experiência há de despertar-lhe perversões; não pode ser submetido a doutrinação política estranha, visto não ter capacidade de discernimento perfeitamente desenvolvida, sendo facilmente influenciável; não assiste indiferente à ridicularização das instituições, posto estar na fase da imitação. São apenas alguns exemplos de situações que podem influenciar negativamente na formação intelectual, psíquica, moral, religiosa, cívica do jovem. Conforme já dissemos, o interesse individual não pode prevalecer sobre o bem coletivo. O indivíduo não tem o direito de inocular veneno na mente dos moços.⁶³

O livro *Censura & liberdade de expressão* fazia parte do esforço de dar luz ao funcionamento da censura e guiar seu trabalho. Sendo escrito por um censor e professor da ANP, a obra aparecia na bibliografia recomendada dos cursos para censores. As temáticas enumeradas acima foram posteriormente detalhadas, mas em uma visão geral, notamos a percepção de como os jovens seriam suscetíveis a imagens e à imitação, sendo assim, justificava-se a vigilância sobre tudo aquilo que “atente contra a segurança nacional”, “fira princípios éticos” ou “contrarie direitos e garantia individuais”⁶⁴ – como depois o autor divide as ideias expostas na citação acima.

Coriolano evidenciou o “dever” da censura de garantir a formação do jovem, valorizando hierarquias e instituições, bem como invisibilizando conflitos (que o autor resumiu nesse trecho apenas em torno de questões sexuais e políticas). Assim, entender a “formação intelectual, psíquica, moral, religiosa e cívica” passava longe da compartimentação desses aspectos, uma separação entre política e moral, mas sim uma visão política da sociedade que se queria formar no futuro, agindo no presente sobre os jovens que assistiam à televisão.

Além disso, a preocupação com a “saúde mental”, mencionada nas normas de 1970, relacionava-se com as já mencionadas desconfianças em relação aos impactos cognitivos que a TV causaria em crianças que a assistissem. Introduzindo a lista das “análises psicosociológicas”, uma pergunta geral foi lançada: “a) qual o tipo de predominância psicosociológica porventura existente, que possa provocar um processo de “imitação-sugestão” em jovens pertencentes aos grupos etários de 10/14/16 anos?”.⁶⁵

⁶³ FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. **Censura & Liberdade de Expressão**. São Paulo: EDITAL, 1974, p. 137-198.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 144-145.

⁶⁵ NORMAS Doutrinárias da Censura Federal. Brasília, 17 set. 1970. In: RODRIGUES; MONTEIRO; GARCIA, *op. cit.*, 1971, p. 245.

Os trechos acima citados articulavam não apenas palavras, mas debates acerca das pressupostas consequências do que se via entre as pessoas, em especial, os jovens. A imitação foi considerada como uma possibilidade e que se distingue a cada faixa de idade. A TV não era o único meio de comunicação a que essa normativa se referia. Todavia, o tema foi repetidamente tratado ao dissertar sobre a televisão, principalmente em tom de alerta para a necessidade de proteção daqueles que ainda estariam em formação.

Conforme já apontado neste trabalho, nas décadas de 1960 e 1970, a psicologia se firmava como área acadêmica e era difundida como discurso especializado para analisar os processos de transformação do indivíduo e da sociedade – não apenas dentro de produções científicas, mas em publicações destinadas ao grande público que levantavam temas ditos modernos e buscavam o parecer de psicólogos sobre os assuntos. Entendendo isso, inferimos que modernizar a censura também era uma questão de se aproximar de discussões acadêmicas especializadas – de modo superficial ou não – para embasar as novas normativas e se distanciar da arbitrariedade. Ou seja, uma análise moderna das diversões públicas passaria pela argumentação apoiada na ciência que pesquisava sobre a subjetividade humana.

Considerações finais

Coriolano de Loyola Cabral Fagundes no livro seu *Censura & liberdade de expressão*, buscando instruir censores de seus trabalhos, organizou alguns pontos com respostas objetivas, como por exemplo, “por que censurar”, onde ele resumiu em:

A restrição etária, conforme já informamos e diz a própria legislação, visa *preservar o espírito infantil ou juvenil de impressões excitantes, ou deprimentes e de influências perturbadoras de sua formação moral e intelectual*.

Consequentemente, ao classificar o espetáculo, o censor está selecionando-o para determinada categoria de público, contribuindo, em última análise, para a educação popular.⁶⁶

⁶⁶ FAGUNDES, *op. cit.*, p. 139.

A definição, colocada na íntegra, é bem sucinta e bastante problemática, uma vez que, essas “impressões”, “influências”, “formação” e “educação” estavam em disputa no período. Apesar de ser um conceito amplo, sem recortar um meio de comunicação específico, a TV destacava-se nas inquietações da época, afinal, ela estava cada vez mais presente nos lares da classe média, a partir de 1970, o que popularizou o debate sobre esse novo aparelho. Assim, a preocupação com uma geração “criada pela babá eletrônica” ocupava espaços em livros acadêmicos, revistas, jornais e na censura.

Em centros urbanos que cresciam e se verticalizavam nos anos da ditadura militar, a televisão era mais um símbolo da modernização – de uma sociedade que via no acesso a bens de consumo um modo de se diferenciar socialmente. No entanto, o otimismo não era um sentimento unânime sobre o assunto. Muitas vezes, eram visões “apocalípticas” propagadas não só sobre essas transformações, como também acerca desse aparelho que entrava na casa das pessoas. Todavia, criticar os problemas de as crianças assistirem à televisão era feito de um modo moderno, não necessariamente pelo tema tratado, mas sim pelo modo como a discussão era feita. Ou seja, concordando com Duarte, “uma forma de utilização daquilo que Chauí (1980) denominou de discurso competente, confundido com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada”⁶⁷.

A psicologia e a psicanálise encontraram um terreno fértil, nesse período, uma vez que, também nas décadas de 1960 e 1970, a área se tornava institucionalizada nas universidades do país, ganhava espaço como uma ciência bem-informada sobre os “novos problemas da sociedade”. A circulação de Samuel Pfromm Netto é sintomática, sendo professor da USP, sempre convidado a falar para jornais e como palestrante da ESG, observamos uma tentativa de apropriação do discurso psi por diferentes grupos da sociedade.

Isso não significava uma unidade nas conclusões acerca dos efeitos da televisão sobre as crianças e, principalmente, no melhor modo de evitar os possíveis problemas que a TV causaria. Nem mesmo dentro de uma mesma instituição, como na Escola Superior de Guerra, havia um consenso em relação ao novo meio. Como o historiador Caio Barreira estudou, a partir de um dos trabalhos de conclusão de curso da ESG, intitulado *As responsabilidades psicossociais da televisão*, o autor, Roberto de Magalhães Cardoso, afirmava que

⁶⁷ DUARTE, *op. cit.*, 2020, p. 68.

Nós, particularmente, não concordamos com aqueles que responsabilizam a TV (no caso a qualidade de sua programação) pelo alto índice de violência que cada vez mais incide sobre a vida da população. Seria o mesmo que responsabilizar a janela pela paisagem bonita ou feia que se nos apresenta. Em nossa opinião os motivos são outros tais quais: a densidade demográfica cada vez maior nos grandes centros, a falta de mão-de-obra para a população migrante, a fome, enfim, é um problema de caráter eminentemente social.⁶⁸

A diacronia apontada por Barreira não foi encontrada em nossas fontes, mas uma tensão entre qual projeto de formação das crianças (também presente em projetos de produção de programas televisivos, de mercado, de sociedade etc.) seria melhor.

No entanto, em nossas fontes ligadas às instituições da ditadura, não foi encontrado essa perspectiva. Cabe ressaltar que a televisão estava sendo pesquisada e analisada sob diferentes olhares (no Brasil e no mundo), assim, era possível encontrar variados embasamentos para análise da tecnologia que se difundia na época. Para essa pesquisa, que se debruçou acerca dos debates sobre crianças e jovens que assistiam à TV, diferentes grupos construíam diferentes caminhos argumentativos, e a defesa do aparelho veio, em especial, daqueles que faziam parte das empresas televisivas que defendiam suas programações.

As análises psicologizantes ganhavam força à medida que na “sociedade moderna” validava-se um discurso de verdade e mostravam-se como capacitadas para entender as alterações que ocorriam no processo de crescimento da criança e como a TV poderia interferir nisso. A censura também se colocou na disputa por definir o que era mais apropriado para crianças assistirem na TV, com argumentações que se apropriavam do discurso psi.

Assim, a definição de conceitos, critérios, faixa etárias, e mesmo a aplicação disso apoiava-se na psicologia e psiquiatria, mesmo que de modo superficial. Esse diálogo acadêmico dentro de um trabalho censório relacionava-se ao esforço que o regime fazia em modernizar e burocratizar a Censura Federal, tornando as suas decisões mais padronizadas, com um olhar “apurado” sobre os estudos de comunicação e psicologia, amparado em normativas e estudos desses documentos.

⁶⁸ CARDOSO, 1980 *apud* BARREIRA, Caio Brito. "Em meio a imagens borradas e contornos misteriosos": a televisão como questão de segurança nacional nos discursos da Escola Superior de Guerra na Ditadura Civil-Militar (1966-1984). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019, p. 95.

Referências

Fontes

BRASIL. Decreto Nº 66.523, de 30 de abril de 1970. Altera a tabela do salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 64.442 de 1º de maio de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1970/d66523.html. Acesso em: 16 out. 2025.

_____. Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Rio de Janeiro, 1975.

COUTINHO, L. D. **ADOLESCENTES E TELEVISÃO**: Estudo junto a adolescentes ginásianos na cidade de Londrina. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. **Censura & Liberdade de Expressão**. São Paulo: EDITAL, 1974.

TV será forçada a mudar programação. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, ano 95, n. 30573, 24 de novembro de 1974, p. 60. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19741124-30573-nac-0060-999-60-not/busca/TV+será+forçada+mudar>. Acesso em: 20 jan. 2021.

REVISTA FILME CULTURA. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Cinema, 1972.

NORMAS para Classificação de Espetáculos para Menores. Brasília, 17 set. 1970. In RODRIGUES, Carlos; MONTEIRO, Vicente; GARCIA, Wilson de Queiroz. **Censura federal**. Brasília: C.R. Editora Ltda., 1971.

OFÍCIO INC-PB 3229/72, Carlos Amaral Fonseca, 22/09/1972, f. 169-171. BR AN, BSB NS. ORI.NOR.3.

NORMAS para classificar espetáculos de menores são excelentes, diz GEE. In **Jornal do Brasil**. Ano LXXIV, Nº 126, 30 de maio de 1964, p. 19.

PFROMM NETTO, Samuel. Que é comunicação de massa?. In: **Tecnologia da educação e comunicação de massa**. São Paulo: Pioneiras, 1976.

WILSON Aguiar garante que o senso crítico dos novos censores é muito elevado. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 95. 27 de julho de 1970, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=curso%20censores&pagfis=190917. Acesso em: 04 ago. 2022.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BARREIRA, Caio Brito. "Em meio a imagens borradadas e contornos misteriosos": a televisão como questão de segurança nacional nos discursos da Escola Superior de Guerra na Ditadura Civil-Militar (1966-1984). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

BORGES, Dulcina Tereza Bonati. **A cultura “psi” das revistas femininas: gênero, subjetividade e psicologização (1970 – 90)**. Dissertação (Mestrado em História)– Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

BRITO, A. M. F. A subversão pelo sexo: Representações comunistas durante da ditadura no Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 36, nº 72, p. 859-888, set/dez 2020.

BUCKINGHAM, David. **Moving images: Understanding children’s emotional responses to television**. Manchester: Manchester University Press, 1996.

COIMBRA, C. M. B.. **Guardiões da Ordem: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do Milagre**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Televisão, família e mudança: o debate sobre um tempo de imagem na revista *Pais e Filho*. In: LUCAS, M. R. L.; RAMOS, F. R. L.; BRAUNA, J. D.. **A censura e outros limites**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2020.

FICO, Carlos. 'Prezada Censura': cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 251-286, 2002.

_____. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIRA, Sérvulo (org.). **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987.

GARCIA, Miliandre. Teatro, censura e “supercensura” na ditadura militar. In: FONTANA, Fabiana Siqueira; GUSMÃO, Henrique Buarque de (org.) **O palco e o tempo: estudos de história e historiografia do teatro**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. p. 109-142.

Artigo Dossiê

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia:** guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil:** a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira:** Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RIOS, Valesca Gomes. “Hoje em dia, a partir dos 10 anos de idade, o interesse da criança e do adulto é igual”: a revista *Filme Cultura* levando o livre para debate. In: LUCAS, M. R.L.; RAMOS, F. R. L.; BRAUNA, J. D. (org.). **A censura e outros limites.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2020. p. 86-101.

SILVA, Thiago de Sales. **“Espetáculo inconveniente para qualquer horário”:** a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público:** um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VIEIRA, Rafael F. **Quando a babá eletrônica encontrou a integração nacional:** ou uma história da censura televisiva durante a ditadura militar (1964 – 1988). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.